



RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO DE OUTREM

Ilustríssima Senhora, Cleide Costa de Souza, Presidente da Comissão de Licitação, da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba).

Ref.: EDITAL DE **PREGÃO ELETRÔNICO** nº **020 / 2017**. – ITEM 1

LT7 Representações de Equipamentos LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº **17.825.131/0001-00**, com sede na Avenida C quadra 13 lote 16 Setor Moraes CEP 74620-200, na cidade de Goiânia, estado de Goiás, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “a”, do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Excelência, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a licitante **MODELAGEM NOVA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS LTDA**, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

I – DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucedendo que, após a análise da documentação apresentada pelos licitantes, a Comissão de Licitação culminou por julgar habilitada a empresa **MODELAGEM NOVA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS LTDA**, ao arremate das normas editalícias.

II – DAS RAZÕES DA REFORMA

- 1) De acordo com a licitante em apreço, apresentou, entre outras, **CERTIDÃO NEGATIVA DA JUNTA COMERCIAL**, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica.



Supondo ter atendido tal exigência, a proponente habilitada, apresentou tal certidão expedida em 12 de Janeiro de 2017, expedido pelo Distribuidor.

A Comissão de Licitação, acabou por aceitar esta certidão, reputando cumprida a exigência de que se cogita.

Essa atitude é manifestamente ilegal, à medida que, por óbvio, qualquer documento que não conste data de validade, tem-se automaticamente validade dada por 90 (noventa) dias, conforme item 10.1.4 do edital.

- 2) Em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93), a regra é que os **licitantes apresentem documentação capaz de refletir, desde logo, o atendimento das condições estabelecidas pela Administração no edital.**

É sabido de todos que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalícia deve ocorrer na época oportuna, não podendo relegar-se para o futuro ou a segundas, terceiras ou quartas chamadas, apresentação de documento que deveria integrar o anexo pertinente à primeira chamada da habilitação.

Aliás, é o que estabelece o § 3º, do art. 43, da Lei nº 8666/93, pelo qual é “facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a **esclarecer ou a completar** a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta**”.

Agora, é importante compreender que os documentos e as informações posteriores não podem corresponder a dados inéditos no certame. É preciso que se restrinjam a esclarecer e a completar as informações que já foram apresentadas tempestivamente pelo licitante.

De outra parte, a conduta voltada à aceitação de apresentação de documento de forma extemporânea viola o princípio da isonomia que deve presidir todo e qualquer procedimento licitatório (art. 3º, da Lei nº 8666/93).



3) Dos **pontos técnicos** analisados da proposta apresentada pela empresa habilitada para o Item 01 do referido pregão, destacamos:

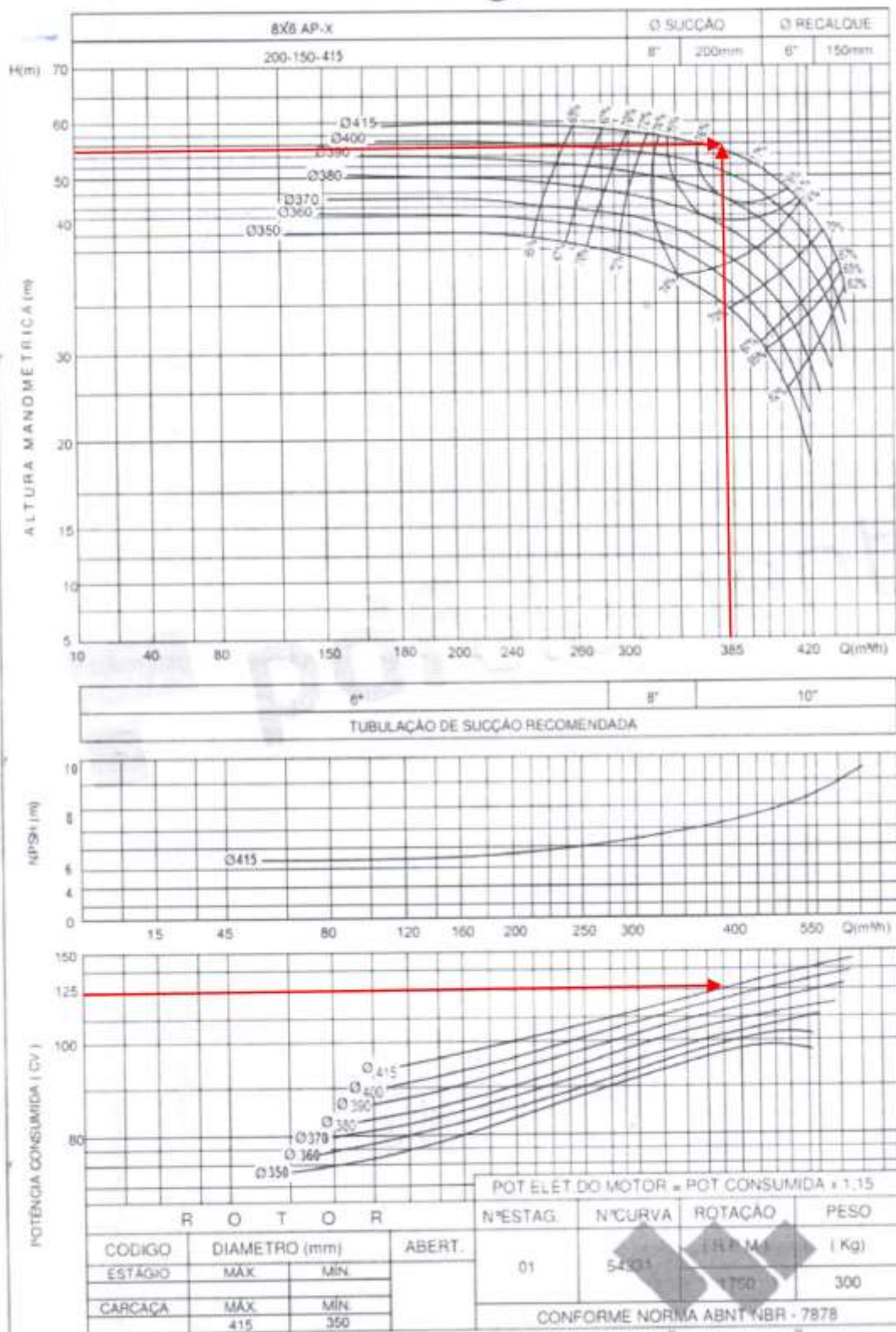
Observação 01.

- A curva característica anexada que apresenta certa incoerência quando submetemos a mesma ao cálculo de potência que analisa os dados de vazão, pressão e rendimento do equipamento.

Ao analisar a curva anexada (Anexo 1) vemos que a potência requerida do equipamento excede a potência solicitada no termo de referência.

Anexo1







Analisando os pontos de operação da curva com base na Vazão e Pressão traçamos setas nos pontos, quando lançamos na tabela de potência do equipamento vemos que a **potência requerida** pelo mesmo é de aproximadamente 125 CV, sendo necessário um motor com uma folga de 15% recomendada, citada na mesma curva para cálculo de Potência elétrica do motor.

Anexo 2.

$$\text{POT. ELÉT. DO MOTOR} = \text{POT. CONSUMIDA} \times 1,15$$

Calculando: Pot. Elétrica do motor = $125 \times 1,15$

Pot. Elétrica do motor = 143,75 CV.

Calculando então o motor recomendado, chegamos em um motor com potência de 143,75 CV (comercialmente um motor de 150 CV), esse deve ser o motor ideal para esse ponto de operação dessa bomba.

A potência ultrapassa em aproximadamente 25CV ao solicitado pelo Órgão.

Entre vários problemas de uma aquisição de um motor com potência excedente ao projeto estão:

- Impossibilidade de partida de motor, pois os componentes elétricos não foram dimensionados para tal potência e corrente de partida e nominal do motor.
- Alto consumo energético.
- Maior custo de manutenção.
- Maior espaço físico ocupado.



Observação 02.

Analisando o Anexo 02 denominado de “*folder*” pela empresa Modelagem Nova Ltda. que para o nosso entendimento técnico se mostrou um documento de difícil interpretação, não sendo possível identificar a bomba ofertada pelo cliente.

Destacamos neste anexo alguns pontos:

- Não é possível identificar a bomba ofertada, ambas não possuem o mesmo nome.
- Não se assemelham no quesito rotação, no documento apresentado as rotações são de no máximo 980 RPM.
- Os pesos informados não se assemelham ao peso informado na Curva do equipamento.

Anexo 03.



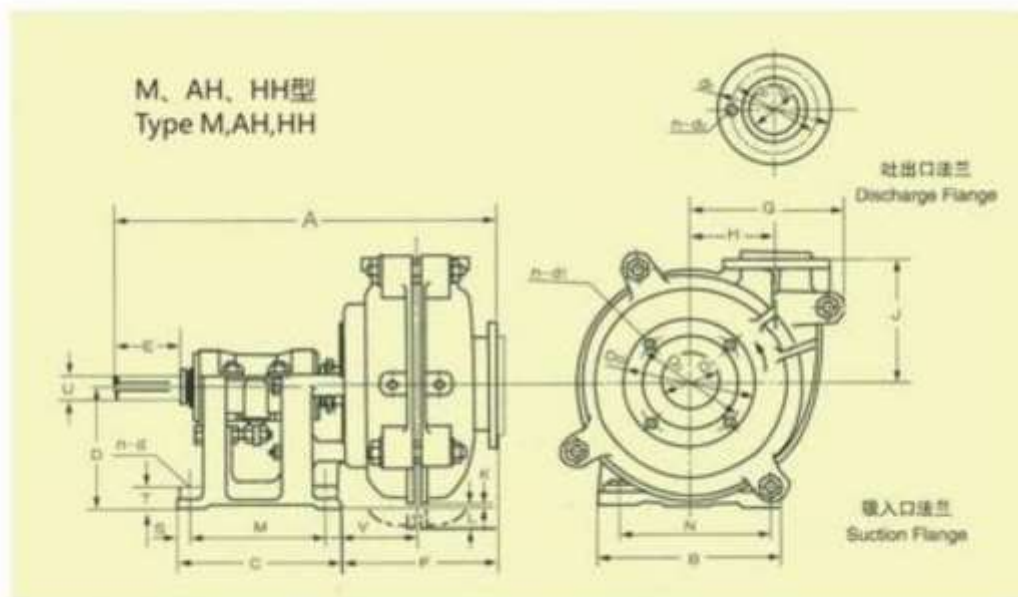


Tabela de dados técnicos

modelo	dimensões (mm)										Velocidade (RPM)	Potência (Kw)	peso (Kg)	vazão m3/h	diâmetro entra / saída (mm)	tamanho max partículas (mm)	altura de alcance (m)
	A	B	D	E	F	G	H	U	J	M							
4/3C SH	843	406	254	121	353	311	138	42	262	187	980	300	236	40 - 140	100 / 75	20	28 - 40
6/4D SH	1021	492	330	164	424	364	229	65	338	219	980	300	454	75 - 275	150 / 100	30	24 - 41
8/6E SH	1302	622	457	222	557	448	318	80	460	292	740	500	962	160 - 545	200 - 150	50	34 - 50



Observação 03.

O material do rotor foi solicitado pelo órgão no material AÇO INOXIDÁVEL, essa informação não é apresentada em nenhum documento anexado pela empresa.

Observação 04.

As características dimensionais completas (bomba + motor) do conjunto Motobomba não foi informado em nenhum documento anexado, essa informação é de extrema importância para que o solicitante possa planejar a instalação do conjunto, pois a obra civil deve prever o dimensional do conjunto como um todo e não apenas da bomba.

Observação 05.

-Os manuais de instrução de montagem, manutenção e operação são de extrema importância e apesar de algumas informações estarem no material anexado "folder", tecnicamente entendemos que as informações são limitadas para uma boa prática de manutenção, instalação e operação dos equipamentos.

Observação 06.

- Um dos itens mais importantes do processo é o motor elétrico e o mesmo não foi citado tampouco apresentado junto as suas características técnicas no processo licitatório 20/2017.

Considerações técnicas.

Entendemos que as observações apresentadas são observações de extrema importância que podem prejudicar substancialmente a operação do processo, o objetivo deste recurso não foi se ater a detalhes que não fazem diferença operacional no projeto mas sim observações pertinentes que podem inclusive acarretar graves e onerosos problemas ao órgão e também a empresa ofertante.

Nós colocamos a total disposição para apresentar qualquer informação solicitada pelo órgão ou por qualquer outro envolvido sobre a análise aqui realizada.



Nossa análise é baseada na seriedade que tratamos cada processo, bem como na nossa experiência no mercado de equipamentos hidráulicos, experiência técnica e operacional adquirida em vários processos, conhecemos a importância de um trabalho pautado nos resultados da operação.

III – DO PEDIDO

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa **MODELAGEM NOVA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS LTDA**, inabilitada para prosseguir no pleito.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Nestes Termos

P. Deferimento

Goiânia, 24 de Novembro de 2017

Hugo Flávio Solar de Almeida

LT7 Representações de Equipamentos LTDA-ME